

## Castelos e Fortificações como Documentos Histórico-Arquitetônicos: Símbolos para o Estudo das Estruturas de Poder na Península Ibérica Medieval.

Edison Bisso Cruzen<sup>1</sup>

Nossa proposta parte de uma concepção de que a utilização de imagens e símbolos possui maior importância em sociedades onde a escrita não é o principal veículo de comunicação, assumindo o papel de transmissores de mensagens. Aqui os símbolos serão entendidos como projeções culturais, reflexos de uma sociedade, que evocam e comunicam realidades. Segundo LE GOFF (1983, p.328), “*la sociedad medieval reforzó la simbólica inherente a toda sociedad por la aplicación de un sistema ideológico de interpretación simbólica a la mayoría de sus actividades*”. Além de referências a realidades ou imagens da vida espiritual, a função simbólica vai muito além da especificidade do religioso, operando indistintamente em todos os níveis da vida mental, social e cultural, não se restringindo a uma única esfera (AGÜI, 1998, p. 346).

Em geral a arquitetura é caracterizada por um dualismo: cumpre funções e expressa valores. A arquitetura castelar é definida em função de uma necessidade imediata e específica – uma necessidade prática de defesa e domínio territorial – sendo o simbolismo constituído posteriormente. Portanto, a mensagem simbólica do castelo nasce de uma realidade que opera principalmente a nível funcional.

MIRCEA ELIADE (1999, p.15) postula que traduzir as imagens em termos concretos é uma operação carente de sentido, já que a realidade que essas imagens tentam significar não se esgota em referências ao concreto e sua tradução implica um processo de mutilação. Assumindo o risco advertido pelo autor, a presente proposta, esta em através de um intento de “tradução” de características arquitetônicas, realizar uma aproximação à dimensão simbólica dos castelos, desvelando um pouco mais a compreensão sobre estas estruturas medievais.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela PUCRS. Doutorando em História Universidade de Coimbra, Portugal. Professor dos Cursos de Licenciatura em História da Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) e do Centro Universitário Metodista de Porto Alegre (IPA). **ST: 081 – 057 – 097.**

Consideramos que as imagens funcionam como símbolos, repletos de significados, que embora não pertençam a uma linguagem propriamente discursiva, expressam ou geram conceitos. RENATO DE FUSCO equipara a arquitetura e suas imagens a uma forma de linguagem. Conforme o autor, a arquitetura deveria ser considerada como um todo orgânico que, com seus símbolos institucionalizados, pode ser identificada, ao menos parcialmente, com as demais estruturas lingüísticas (FUSCO, 1970, p.150). A partir dessa constatação deveríamos considerar a arquitetura como uma forma de comunicação, transmissora de mensagens e informações para a sociedade. As construções possuiriam uma dimensão semântica<sup>2</sup>. No caso do presente trabalho, o próprio castelo poderia ser percebido como um enunciado lógico, conceitualmente estruturado, transmitindo determinadas informações para um grupo semanticamente capaz de decodificá-las e compreendê-las.

As estruturas arquitetônicas devem ser compreendidas através da avaliação dos grupos envolvidos na elaboração da forma arquitetônica e seus usos, buscando identificar as idéias e valores que estão sendo mobilizados para definir e delimitar os espaços, bem como, os mecanismos sócio-políticos e econômicos que estão sendo utilizados para expressar essas idéias e valores nas formas e usos das edificações (THIESEN, 1990, p.84).

A arquitetura é uma das mais evidentes formas de organização espacial numa paisagem, constituindo-se, portanto, no mais claro meio de observar as formas através das quais os homens realizam a transformação do caos da natureza na ordem da cultura. As estruturas arquitetônicas apresentam-se como elementos preciosos para observar os modos através dos quais uma sociedade categorizou o seu meio e como representou essas categorias (THIESEN, 1999, p.81).

O contexto político, social, cultural ou econômico condicionam as características da obra arquitetônica, bem como as funções que deve desempenhar e a mensagem que deve transmitir. A arquitetura parte das premissas da sociedade onde se desenvolve,

---

<sup>2</sup>Com símbolos universalmente aceitos, constituindo um código normalizado, intencionalizado, a informação semântica está associada a um processo de comunicação, fator relacional entre uma fonte geradora e um canal de transferência, tendo em vista um destinatário apto semanticamente a recebe-la. Desta forma a informação semântica é conceitual pois são os conceitos que compõem o significado e generalizam as características dos objetos e dos fenômenos (MIKHAILOV, 1980, p. 77-79).

sendo, em grande parte, o resultado da expressão dos desejos dos promotores e suas circunstâncias (FUSCO, 1970, p. 17).

A arquitetura possui a peculiaridade de ser um signo<sup>3</sup> icônico tridimensional e habitável. A forma, além de suporte de uma função, contém uma imagem visual que possui um valor semântico preciso, denota um significado e determina um comportamento. Forma, função e mensagem são valores inseparáveis que devem ser considerados no momento de julgar uma construção (PIGNATARI, 1983, p.112).

Partimos do princípio que os castelos não refletem apenas o modo de vida da classe dirigente aos quais estão diretamente ligados, mas expressam, como um todo, o modelo da sociedade medieval, fortemente hierarquizada e militarizada. A arquitetura castral serve perfeitamente como instrumento para reforçar a figura de poder e controle da nobreza, que buscava transmitir uma imagem durável de *auctoritas*. Neste caso, o que seria mais durável do que uma consistente e volumosa arquitetura em pedra? Que símbolo mais efetivo de autoridade que um imponente castelo, com suas altas torres e muralhas?

Dentro do que pode ser chamado de uma “semiótica do poder”<sup>4</sup>, se expressa visualmente a existência de hierarquias, tendo como base dois ícones: Altura e Tamanho. Alto e grande, são os modos pelos quais se estabelecem hierarquias no universo icônico (PIGNATARI, 1983, p. 130). Os castelos respondem amplamente a esta linguagem simbólica, pois uma de suas características principais, além da volumosa edificação, é estar situado, quase sempre, em localizações elevadas. Fazendo-se importante também a informação de que entre os séculos XII e XIV os castelos

---

<sup>3</sup> Compreendido como a combinação entre um conceito (significado) e uma imagem, neste caso, visual (significante). “O signo é um veículo que comunica à mente algo do exterior. Aquilo em cujo lugar o signo está é denominado objeto; aquilo que o signo transmite, seu significado e a idéia que ele provoca, seu interpretante” (PEIRCE *apud* SANTAELLA, 2004, p.28).

<sup>4</sup> Símbolos que comunicam uma preponderância, um domínio. Conforme PIGNATARI (1983, p.130): *Se puede trazar una “línea de poder” en un gráfico arquitectónico que, viniendo de la mítica torre de Babel, pasa, sucesivamente, por las pirámides egipcias, los zigurat caldeos, las pirámides mayas e incas, las acrópolis griega, las torres de las Iglesias cristianas, las chimeneas de la Primera Revolución industrial, los rascas cielos y las torres de captación y emisión de señales radiotelegráficas.*

passaram por um processo de grande verticalização de muralhas e torres, aumentando sua volumetria e planimetria (BARROCA, 1990/91, p. 89-134).

Os castelos assumiram funções de organização militar, social, econômica, política e administrativa, mas sempre apareceram como principal residência das autoridades. Nosso interesse centra-se na imagem do castelo como símbolo de poder e, por tanto, como elemento de feudalização, já que responde as expectativas de controle do grupo que o constrói e habita. A imagem do castelo apresenta-se como fonte de legitimação ou sustentação de uma sociedade hierarquizada. Estas construções podem ser percebidas como um símbolo exotérico, aberto, destinado à recepção e compreensão da sociedade que tinha o encargo de proteger.

Um dos muitos elementos que caracteriza o feudalismo é a privatização das relações públicas e a fragmentação do poder político. O castelo ibérico da Idade Média ocupa uma função importante dentro deste contexto sócio-político de relações de poder, pois assume o papel de principal residência da autoridade fragmentada. Expressão disso é o abundante mosaico de fortificações que povoam a Península Ibérica durante o medievo (AGÜI, 1998, p. 349).

Segundo NIETO SORIA (1993, p.16), o feito de governar vem unido ao feito de convencer, de persuadir da conveniência da existência do poder que governa. A ação de governar, na sociedade medieval, se vê cercada de diversos procedimentos retóricos, que asseguram a ação de persuasão. Existe uma forma de retórica não escrita, que precisamente por essa característica é, freqüentemente, dramática, teatralizada, o que favorece uma percepção imediata e generalizada por parte de um amplo público. A comunicação que provem da arquitetura do castelo segue esse padrão, visual, direta, perceptível desde muito longe.

Rasgavam-se múltiplos caminhos vicinais nascidos de serventias diárias que, ligando-se às estradas principais, encaminhavam o olhar do viajante para uma monumental construção de pedra que, cada passo andado, se afirmava como protagonista do seu horizonte visual (ANDRADE, 2003, p.45).

Mesmo dentro de um núcleo urbano fortificado alguns edifícios, como o castelo, a igreja, ou um possível “paço” senhorial não podiam deixar de ser reconhecidos. De

dimensões avantajadas, feitos em pedra, destacavam-se de uma construção corrente em que predominavam as casas térreas e materiais modestos e perecíveis.

O castelo é um ícone tridimensional – prático e simbólico – cuja mensagem se dirige ao exterior, para receptores que não dominam as técnicas de construção da arquitetura militar, mas que, não obstante, podem receber a mensagem e compreendê-la, segundo um código ideológico-cultural. Na imagem global da fortificação podem ser encontrados elementos de uma linguagem simbólica, que mediante a percepção visual, expressa conceitos e comunica atitudes a um imaginário coletivo (FUSCO, 1970, p.91).

O *Incastellamento*, a ocupação por fortalezas, dos pontos mais altos na topografia da Europa Ocidental, fenômeno registrado no ocidente medieval, desde o século XI, serve para corroborar essa linguagem de poder, caracterizada pela hierarquização da ocupação do espaço. Esse procedimento, além de responder a necessidades estratégicas, de vigilância e defesa, responde também a pautas ideológicas. Desde um patamar mais elevado no terreno e de cima das torres ou muralhas, o domínio visual do território, poderia chegar a muitos quilômetros. O mesmo é verdade para quem estivesse fora da fortificação, podendo avistá-la desde uma grande distância (VILLENA, 1992, p. 24). Este fenômeno ajudará na formação de uma imagem mental do castelo como núcleo de referencia territorial, elemento fundamental de domínio da paisagem, articulador do território e protetor da população situada em seu interior. Principalmente nas regiões de fronteira, o castelo será o elemento dominante na paisagem medieval. A fortificação será percebida como imagem arquitetônica associada à habitação, núcleo gerador de povoamento, fornecedor de segurança entre tantos outros significados. Desta forma, o castelo se apresenta como uma mensagem indubitavelmente tranquilizadora para a população estabelecida no território castral e, por outra parte, expressa uma mensagem persuasiva para todo o perigo que possa vir do exterior. Mas se o castelo pode representar um refúgio coletivo para populações vizinhas em momento de perigo, também pode converter-se em símbolo de coerção senhorial em períodos de tranquilidade.

Era óbvio que o alcaide e a guarnição aí instalados eram o melhor garante de defesa em situações de confronto bélico. Mas quantos aborrecimentos e contrariedades não podiam associar-se à sua existência. O que fazia a ida ao

castelo pouco apetecida. Com efeito, de lá vinham quase sempre exigências: casas a derrubar nas proximidades do muro, reparações a empreender, abastecimentos a garantir e até ordens para, momentaneamente, se trocarem os instrumentos de trabalho pelas bestas, pelos arcos e pelas flechas. Visitas que podiam ainda saldar-se por humilhações, engolidas no silêncio de quem se reconhecia impotente perante o ultrapassar das fronteiras de um poder atribuído por um monarca, na maioria dos casos, cada vez mais longínquo (ANDRADE, 2003, p.60-61)

Na medida em que é o símbolo mais emblemático do poder feudal, a fortaleza se acha junto a uma população cuja tranqüilidade assegura, mas que também condiciona. Sua presença está ligada a um grupo minoritário, mas dominante no seio da sociedade, ele é a expressão plástica, arquitetônica, de um poder de caráter privilegiado, hierárquico, portanto, exercerá na percepção da coletividade, uma imagem simbólica ameaçadora, coercitiva, seja do poder senhorial, nobiliárquico ou régio. A arquitetura castral está consagrada a fins persuasivos.

Arquitetura é linguagem e em toda linguagem há uma arquitetura, no sentido de criação e de significação. Os significados que são dados aos objetos são propostos através de nossas experiências com o mundo exterior. Esse mundo exterior é fruto do trabalho do arquiteto, numa prática criadora. A realidade moldada pela práxis criadora arquitetônica, mediada pelo signo, toma significado tantos quantos grupos sociais o observe (MONTEIRO, 2006, p.74).

Seguindo a lógica defensiva das fortificações, apresentaremos algumas características arquitetônicas, que analisadas individualmente, são capazes de revelar, de maneira mais clara, o simbolismo latente do castelo.

A palavra “fortaleza”, principal atributo do castelo, provem do latim *fortitudo*, que significa força (resistência, coragem) valores aplicados ao físico ou espiritual, sendo esta uma das quatro virtudes cardinais do catolicismo<sup>5</sup>. Desta forma, nome e essência estão ligados em uma relação íntima, o próprio nome, desde sua aceção de construção, se converte em todo um símbolo de inexpugnabilidade e supremacia. Segundo AGÜI (1998, p. 352) “...*el nombre no sólo designa la esencia sino que inclusive es ella misma y la virtud de ésta reside en él*”.

---

<sup>5</sup> Sendo as outras três: Justiça, Sapiência e Temperança.

As características que identificavam a “força” encontravam-se também nas construções eclesiásticas. Igrejas e castelos são duas realidades arquitetônicas que aparecem com bastante frequência próximas, associadas, quando não interligadas. A igreja como símbolo do poder religioso e o castelo representando o poder civil-militar, apresentam, em sua imagem arquitetônica, elementos simbólicos que parecem equivalentes (MORA-FIGUEROA, 1996, p. 109). A mensagem de ambos é a mesma, a de salvação, espiritual por parte da igreja, temporal por parte do castelo. A mensagem coercitiva também se demonstra nas igrejas medievais, com suas decorações externas, tendo como um dos principais temas o Juízo Final e a condenação eterna ao inferno. Ambos compartilham um signo arquitetônico fundamental e decisivo que expressava verticalidade e supremacia: a torre (AGÜI, 1998, p.355). Na Península Ibérica, no século XIV, surgiram igrejas fortificadas, que possuindo dispositivos de defesa, desempenhavam funções militares, abrigando a população que se encontrava em perigo e oferecendo resistência ativa aos invasores (MONTEIRO, 2002, p.27). A estrutura recorrente onde a solução arquitetônica defensiva se apresentava nas igrejas era a torre do campanário. Para tanto construídas de forma robusta (com espessas paredes de pedra), com altura superior ao convencional e contendo seteiras (para possibilitar um tiro de arco ou besta, estando-se protegido), representava a fusão entre a torre militar e o campanário religioso. A “força” de Deus e dos homens, se encontrava unida em uma mesma construção.

*Como cualquier otro estamento con capacidad económica y jurídica, o de facto, para labrar reparos defensivos en sus edificaciones, el clero secular o regular, en general profundamente imbricado en la vida temporal de su época y sometido a los avatares violentos de su tiempo, también construyó e incluso detento edificios con clara articulación defensiva... para que las familias de la parroquia pudieran proteger sus reservas y pósitos, y refugiarse en caso de necesidad, contando con pozo de aguada bajo la nave del culto... un pequeño recinto exterior para el ganado y una barbacoa, todo ello dotado de saeteras, escaraguaitas y matacanes (MORA-FIGUEROA, 1996, p.108).*

A muralha, elemento que define, delimita o castelo, é o símbolo mais representativo do modo de vida urbano medieval e da constituição de uma sociedade. As muralhas de um castelo tem maior importância na medida em que, ademais de ser uma realidade material, estão possuídas de um simbolismo que limita e define o espaço. Para o interior, um espaço fechado e seguro onde reside o poder e a administração da

justiça, para o exterior, um espaço subordinado, aberto e submetido a vigilância e proteção desse mesmo poder (VELASCO, 1992, p.13). De maneira que as muralhas adquirem uma função de fronteira interna entre duas esferas distintas. Dentro desta delimitação do espaço as portas, geralmente fortemente defendidas, simbolizam a única possibilidade de permeabilidade, o meio de comunicação entre ambas esferas. Conforme ANDRADE (2003, p.47), inserindo-se quase sempre numa poderosa torre, a porta escondia no aparato das fechaduras a sua fragilidade de ponto de ruptura da muralha, “por onde passava, obrigatoriamente, tudo o que, de bom ou de mau, podia perturbar o equilíbrio do mundo intramuros”.

*El símbolo medieval de la muralla urbana es de una constante recurrencia, desde las Partidas alfonsíes a mediados del siglo XIII, “santas cosas son llamadas los muros et las puertas de las cibdades e de las villas”, hasta identificarse con la fortificación por antonomásia, con la civilización, entre los tratadistas del abaluartamiento barroco, “la defensa propia es la fortificación en ella goza de sus bienes la paz, y se teme menos a la hostilidad, porque guarda el sueño a los que abriga... Bárbaros son los hombres que peregrinan por el campo y por el monte com las armas; la Fortificación los pone en Compañía civil” (Vicent Mot, 1664). Pervivencia del viejo apotegma latino “extra civitatem nulla securitas”. No menor carga simbólica tiene su reiterada presencia em la heráldica concejil o en la iconografía religiosa tutelar (MORA-FIGUEROA, 1996, p.146).*

Os habitantes das cidades identificavam a paz com o sentimento de garantia que somente era capaz de lhes proporcionar a solidez dos “panos” de muralha<sup>6</sup>. Mas por toda a Península Ibérica é recorrente encontrar estatuas de santos, principalmente Virgens, emparedadas, que, supostamente, estavam encarregadas de dar uma proteção divina à construção defensiva erigida pela mão do homem. Demonstrando que a população não confiava sua segurança apenas à fortaleza de pedra. Em períodos de iminente possibilidade de ataques e cercos, que poderiam durar meses, isolando completamente a população do resto da região, tendo o suprimento de alimentos e água cortados, enfrentando a fome e doenças, os moradores de um ambiente fortificado “lo

---

<sup>6</sup> Mas a segurança e “paz de espírito” só estariam asseguradas, se as estruturas que constituíam a fortificação passassem, com certa frequência, por uma devida manutenção. Como nos demonstra esta lei de D.Afonso IV (1325-1357): “Outrosy deve d’entrar nos castellos que teem os Alcaydes e veer como estam bastidos tam bem d’armas como doutras cousas que lhe fezerem mester. E se as torres ou andaymos ham mester de se correger. E de se adubarem. E como todo esto achar assy o deve fazer saber a el Rej. E eso mesmo deve fazer saber das çercas e das villas, e faça-o logo correger”. Passagem da Lei de D. Afonso IV sobre as atribuições dos corregedores – “De quaees feitos devem de conhecer os Corregedores nas terras” – IN: Ordenações Del-Rei Dom Duarte, Lisboa, p. 507-508 apud BARROCA (1998, p.806).

*miraban todos como la defensa de sus casas y el lugar de expiación de sus pecados... el castillo esta solo en el mundo... el sitiado es un prisionero...*”(VELASCO, 1992, p.14-15).

A torre de menagem era a residência do poder feudal e, em sua ausência, a lembrança constante, a materialização de uma autoridade. Se o feudalismo, politicamente, é um sistema vertical de dependências, implicando também uma hierarquização da paisagem e do habitat, no ponto de vista arquitetônico isto também se manifesta. Separada e destacada do resto do castelo, em um nível mais elevado do terreno, a edificação da torre de menagem representa a última pedra da pirâmide social. É a imagem máxima de poder e controle. Convertendo, sua simbólica, em uma mensagem de onipresença evidente para a coletividade submetida à autoridade do poder feudal. A torre de menagem se alça por cima e por trás das muralhas do castelo, este, por sua vez, aparece em um nível mais alto que a vila.

A torre de menagem localizava-se no meio do pátio, isolada dos muros. Implantava-se na zona mais alta do castelo, para permitir o tiro para o exterior, por cima da muralha. Se possível, apoiava-se nos afloramentos rochosos, para assim melhorar as condições de defesa. Tinha uma altura raramente inferior a 10m, podendo alcançar os 15-20m, ou mesmo mais. Normalmente, tinha planta quadrangular ou rectangular. O andar térreo não possuía aberturas, a porta rasgava-se no primeiro andar e o acesso era feito por uma escada móvel de madeira, que era recolhida em caso de perigo. A torre de menagem era concebida como um último reduto defensivo, capaz de continuar a resistir depois de o resto do castelo ter sido tomado. Era como que uma fortaleza dentro da fortaleza e tornou-se num símbolo de poder (MONTEIRO, 2002, p.11).

A torre de menagem, símbolo de autonomia, bastava-se a si mesma como última defesa, estando preparada para resistir até a chegada de reforços e para, inclusive, alvejar o interior do castelo se este fosse tomado. A torre ibérica distinguia-se do *donjon*<sup>7</sup> francês, mais opulento e confortável, por servir de residência pessoal ao senhor e sua família, todavia, na medida que ela se ampliou, com as campanhas de reconstruções do rei português D. Dinis (1261-1325), foi adquirindo amplas áreas destinadas à habitação, nomeadamente a partir do séc. XIV (NUNES, 2005, p.168).

---

<sup>7</sup> Conforme MORA-FIGUEROA (1996, p.94): “*La torre más conspicua de una fortificación, sea del homenaje o no. Es galicismo introducido en el siglo XIX, y a su vez viene del ‘dominium’ latino, como expresión simbólica del carácter dominical de la construcción*”.

Para LE GOFF (1983, p.372-374), a torre de menagem comportava um espaço cerimonial e, portanto, propagandístico por definição. Os atos de entrada na vassalagem e as cerimônias de tomada ou posse de uma fortaleza, carregados de ritualismo, eram celebrados na torre, edifício que se convertia no coração simbólico do castelo e em veículo de expressão de uma minoria privilegiada. A menagem simbolizava a plasmação de um conceito e o signo de identidade de um grupo social.

Para VILLENA (1992, p. 22), a construção de castelos e sua ocupação no terreno, na Península Ibérica, não responde a razões isoladas ou caprichos senhoriais, mas sim uma necessidade verdadeiramente estratégica. Conforme MONTEIRO (2001, p.13), no final da Idade Média a Coroa portuguesa tenta controlar, nos mais diversos níveis a organização militar do reino. Este esforço é iniciado por D. Dinis, ou mesmo por D. Afonso III e prosseguido por monarcas tão tardios quanto D. Fernando, D. João I ou mesmo D. João II, tendo em vista o domínio sobre a construção, reparo e modernização das fortalezas do reino e das respectivas cercas urbanas, em particular das localizadas nas fronteiras ou em pontos de acesso às principais cidades do reino Prova disso é a *Ius Crenelandi*, o monopólio régio de construir castelos e obras fortificadas.

É com D. Dinis que triunfa, em Portugal, de uma forma clara e decisiva, o *Ius Crenelandi*, ou seja, o princípio jurídico que proclama o monopólio régio de edificar fortificações ou obras militares. Os primeiros sintomas deste conceito jurídicos podem já ser detectados com D. Sancho I quando este monarca manda destruir uma série de torres senhoriais fortificadas (...) Somente com D. Dinis surgem as primeiras cartas régias autorizando construção de *casas fortes* em Portugal, a mais evidente demonstração do *Ius Crenelandi* (...) num Diploma de 1322, D. Dinis justifica que o nobre Mem Rodrigues de Vasconcelos *...nom podia fazer essa casa forte sem meu outorgamento porque eu ei deffeso que nem huom homem nom possa fazer casa forte em meu senhoryo sem meu mandado...*” (BARROCA, 1998, p.807)

Para ANDRADE (2001, p.56), a consolidação da ocupação do território português, tanto no período da Reconquista, quanto nas disputas contra Castela, deu-se através da implantação de uma malha defensiva no território que tinha como vantagens extras organizar as populações no espaço, aumentar a produção e melhorar a arrecadação fiscal. Este ponto de vista é reforçado por CRAVIOTO (2004, p.54) quando refere que com muita frequência a fortificação é vista como um elemento isolado. Mas na verdade ela está em íntima conexão com as povoações que defende, com as

necessidades táticas da política vigente e com as necessidades econômicas de proteção do espaço campesino e comercial.

Os castelos também se defendiam à distância, ou seja, a organização defensiva das praças-fortes incluía a vigilância dos territórios vizinhos. Para este fim, os castelos contavam com o apoio de atalaias e de escutas, estrategicamente distribuídas nos arredores (MONTEIRO, 2002, p.24).

As fortalezas sempre foram utilizadas como marcas de presença para “construção” de um território. Não apenas como marcas de monumentalidade arquitetônica, mas principalmente por sua grande expressividade retórica (um discurso de dissuasão e domínio). As fortalezas destinavam-se a prevalecer na paisagem como sinais de poder e pólos de regramento da ocupação populacional, desempenhando papel defensivo e organizacional da exploração dos territórios nos quais estavam inseridas (MONTEIRO, 2002, p.03).

#### Referências Bibliográficas:

AGÜI, E., La dimensión simbólica del castillo plenomedieval. IN: **La Fortaleza Medieval: Realidade y Símbolo** . Ed. Universidad de Murcia, España, 1998.

ANDRADE, A., *A Construção Medieval do Território*. Livros Horizonte. Lisboa, Portugal, 2001.

\_\_\_\_\_, **Horizontes Urbanos Medievais**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

BARROCA, M., Do castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX – XIII). IN: **Revista Portuguesa**, Nova Série, XI-XII, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 1990/91.

\_\_\_\_\_, D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa. IN: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. História, N°15, 1, Porto, Portugal, 1998.

CRAVIOTO, C. La Evolución de la Fortificación Medieval en Al-Andalus y Norte de Africa: Aspectos Generales. In: **Actas de las I Jornadas de Estudios Sobre Fortificaciones y Memoria Arqueológica del Hallazgo de la Muralla y Puerta Califal de Ceuta**. Fundación Foro del Estrecho, Ceuta, 2004.

ELIAD, M., **Imágenes y Símbolos**, Taurus Ediciones, Madrid, 1999.

FUSCO, R., **Arquitetura como “mass médium”**: Notas para una semiología arquitectónica, Anagrama, Barcelona, 1970.

LE GOFF, J., **Tiempo, Trabajo y Cultura en el Occidente Medieval**. Taurus Ediciones. Madrid, España, 1983.

MIKHAILOV, I., Estrutura e Principais Propriedades da Informação Científica. IN: **Ciência da Informação ou Informática?** Calunga, Rio de Janeiro, 1980.

MONTEIRO, J., **Castelos Portugueses**. Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico (IPPAR). Lisboa, Portugal, 2002.

MONTEIRO, M., **Notas para Construção de um Diálogo entre Arquitetura e Semiótica**. Dissertação de Mestrado Defendida no Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (DF), sob a Orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Cabral Carpinteiro, Julho, 2006.

MORA-FIGUEROA, L., **Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval**. Ed. Universidad de Cádiz, Cádiz, España, 1996.

NIETO SORIA, J.M., **Ceremonias de la realeza. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara**, Ed. Nerea, Madrid, España, 1993.

NUNES, A., **Dicionário de Arquitectura Militar**. Caleidoscópio/Comissão Portuguesa de História Militar, Casal de Cambra, Portugal, 2005.

PIGNATARI, D., **Semiótica del arte y la arquitectura**, Ed. Barcelona, Barcelona, España, 1983.

SANTAELLA, L., **Teoria Geral dos Signos. Como as linguagens significam as coisas**. Pioneira Thomsom Learning, São Paulo, 2004.

THIESEN, B., **As Paisagens da Cidade - Arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX**. Dissertação de Mestrado Defendida no Programa de Pós Graduação em História, Área de Concentração em Arqueologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, sob orientação do Prof. Dr. Arno Alvarez Kern, Setembro, 1999.

VELASCO, I., La arquitectura militar como símbolo y emblema de las realidades medievales. IN.: **Actas del IV Curso de Cultura Medieval : Seminario – La Fortificación Medieval en la Península Ibérica**, Aguilar del Campo, España, Septiembre de 1992.

VILLENA, L., Arquitectura Militar en la Península Ibérica. IN: **Actas del IV Curso de Cultura Medieval: Seminario – La Fortificación Medieval en la Peninsula Ibérica**, Aguilar del Campo, España, Septiembre de 1992.